



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639878 - MG (2021/0011372-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
IMPETRANTE : GILBERTO PERES LACORTE
ADVOGADO : GILBERTO PERES LACORTE - MG092210
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : LUCIANA APARECIDA DE SOUZA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCIANA APARECIDA DE SOUZA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (HC n. 1.0000.20.529685-8/000).

A paciente foi condenada às penas de 05 anos e 06 meses de reclusão e ao pagamento de 550 dias-multa, pelo cometimento do crime tipificado nos arts. 33, *caput* e 35, da Lei n. 11.343/2006 e art. 2º, *caput*, da Lei n. 12.850/06.

A paciente requereu a retificação do cálculo da pena, o que foi negado pela magistrada de piso e o TJMG não analisou, por não ser o *habeas corpus* a via inadequada, em decorrência do princípio da unirrecorribilidade.

O impetrante sustenta que "A paciente não teve outra alternativa senão impetrar um Habeas Córpus no TJMG, diante do constrangimento ilegal que demonstrou-se patente considerando que como já dito no pedido de retificação, não há possibilidade alguma de mudança para majorar a pena da paciente, haja vista que na pior das hipóteses o IRMP sequer recorreu da sentença de primeiro grau." (fl. 04).

Aduz, ainda, que a "Paciente, que já poderia estar sendo beneficiada pela progressão do seu regime para o semiaberto, com seus respectivos benefícios, caracteriza-se, ainda, o *fumus boni iuris*, pela situação fática que apresenta o caso que se enquadra a sumula 716 do STF, e já é entendimento pacificado nesse Egrégio Tribunal de Justiça, conforme pode se verificar em ante o constrangimento ilegal demonstrado nesta ordem." (fls.. 04-05)

Requer, em pedido liminar e no mérito, a concessão da ordem "para

determinar a retificação do cálculo de pena da paciente, com a conseqüente progressão de seu regime para o semiaberto ao qual fará jus e saídas temporárias" (fl. 05).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, pois da ementa do acórdão de fls. 6-9 se extrai:

"EMENTA: HABEAS-CORPUS –BENEFÍCIOS RELATIVOS À EXECUÇÃO –ANÁLISE –VIA INADEQUADA –PRINCÍPIO DA UNIRRECORRIBILIDADE –NÃO CONHECER A IMPETRAÇÃO. 1-Há que se atentar para o princípio da unirrecorribilidade vez que existe recurso mais amplo para o conhecimento da respectiva matéria. 2-Não conhecer a impetração.HABEAS CORPUS CRIMINAL Nº 1.0000.20.529685-8/000 - COMARCA DE TARUMIRIM- PACIENTE(S): LUCIANA APARECIDA DE SOUZA –AUTORID COATORA: JUIZ DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES CRIMINAIS DE TARUMIRIM."

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração de não restou demonstrada, de plano, a alegada patente ilegalidade, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ressalte-se que, “por se tratar de questão afeta a certa discricionariedade do magistrado, a dosimetria da pena é passível de revisão em habeas corpus apenas em hipóteses excepcionais, quando ficar evidenciada flagrante ilegalidade, constatada de plano, sem a necessidade de maior aprofundamento no acervo fático-probatório” (AgRg no HC 605.864/SP, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 3/11/2020).

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI
Vice-Presidente, no exercício da Presidência